

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.284.819 - RS (2018/0097709-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE** : CIRLEI DE SOUZA TESSIS  
**ADVOGADOS** : MARCO GERALDO ABRAHÃO SCHORR - RS032025  
TELMO RICARDO ABRAHÃO SCHORR - RS032158  
ARIANE SCHORR PASCHOAL - RS067800  
PABLO RODRIGO SCHACKER MILITÃO E OUTRO(S) - RS086620  
**AGRAVADO** : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADO** : CRISTIANO XAVIER BAYNE E OUTRO(S) - RS046302

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO. REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial.  
O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (e-STJ fl. 429):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTEGRALIDADE DE PENSÃO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRETENSÃO DE PAGAMENTO DAS PARCELAS COMPREENDIDAS ENTRE O TRÂNSITO EM JULGADO E A EFETIVA IMPLANTAÇÃO. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO.

- O decurso do prazo de mais de cinco anos, desde que iniciada a exigibilidade, importa em reconhecimento da prescrição para a cobrança contra a Fazenda Pública das parcelas vencidas entre o trânsito em julgado e a efetiva implantação.
- Recurso não provido.

Os aclaratórios foram rejeitados (e-STJ fl. 492).

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta, preliminarmente, violação dos arts. 11, 489, § 1º, IV, e 1.022, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito de pontos importantes para o deslinde da controvérsia.

No mérito, alega que houve violação dos arts. 7º, 9º, 11, 77, IV, §2º, 199, I, 240, §2º, 269, 271, 272, § 1º, §2º, e § 5º, 463, I, 485, I, II, §1º, 494, I, 507, 508, 509, 924, II, 1.022, II, parágrafo único, do Código de Processo Civil/2015 e à Súmula 106/STJ, sob os argumentos de que não foi intimada e "**NÃO HAVIA NOS AUTOS A INFORMAÇÃO DAS PARCELAS QUE RESTAVAM PENDENTES ATÉ OUTUBRO/2015 (folhas 332 ss), momento no qual vieram fornecidos os demonstrativos do RAPI atualizados, não prosperando o fundamento que a autora**

**sabia dos meses em que restavam pendentes o pagamento**" (e-STJ fl. 522, grifos no original).

Contrarrazões não apresentadas (e-STJ fl. 627).

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

Contraminuta não apresentada (e-STJ fl. 696).

É o relatório. Decido.

O recurso não merece prosperar.

De início, afasta-se a alegada violação dos artigos 11, 489, § 1º, IV, e 1.022, do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

Quanto à apontada violação à Súmula 106 do STJ, para fins de interposição de recurso especial e de agravo regimental, o conceito de "lei federal" não abrange as súmulas, sejam vinculantes ou não.

No tocante à prescrição da pretensão executória, cumpre assinalar que a ação de execução prescreve em 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado da sentença de conhecimento, nos termos da Súmula 150/STF.

A propósito:

ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. OFENSA DO ART. 535, INCISO II, DO CPC/73. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA N. 284/STF. AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

[...]

**III - De acordo com a jurisprudência desta Corte, em função da autonomia do processo de execução em relação ao processo de conhecimento, entende-se que o prazo prescricional para propositura da ação executiva é de cinco anos contados do trânsito em julgado da ação de conhecimento. Incidência do enunciado n. 150 da Súmula do STF.** Precedentes: REsp 1709644/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 7/12/2017, DJe 19/12/2017 e AgInt nos EDcl no AREsp 644.705/DF, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 6/12/2016, DJe 7/2/2017.

[...]

**V - Agravo improvido (AgInt no REsp 1.623.576/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 26/2/2018).**

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO (INDIVIDUAL) DE TÍTULO JUDICIAL. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. PRESCRIÇÃO. PRAZO. TERMO A *QUO*.

**1. Consoante pacífica jurisprudência desta Corte Superior, o prazo para propositura de execução contra a Fazenda Pública, nos termos do art. 1º do Decreto n. 20.910/1932 e da Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal, é de cinco anos, contados do trânsito em julgado do processo de conhecimento, momento em que o título executivo se torna líquido e certo, incidindo o princípio da *actio nata*. Precedentes.**

[...]

5. Agravo interno desprovido (AgInt nos EDcl no AREsp 664.677/DF, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 6/2/2017).

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO PROFERIDA NO PROCESSO DE CONHECIMENTO. SÚMULA 150 DO STF. PROTESTO INTERRUPTIVO. RECOMEÇO DO PRAZO PELA METADE. SÚMULA 383/STF. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. AUSÊNCIA DE JULGAMENTO EXTRA PETITA. AGRAVOS REGIMENTAIS DESPROVIDOS.

**1. A Ação Executiva contra a Fazenda Pública prescreve no prazo de cinco anos, contados a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória, nos termos da Súmula 150/STF.**

[...]

4. Agravos Regimentais da UNIÃO e de FÁTIMA REJANI GEMELLI desprovidos (AgRg no AREsp 32.250/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 15/3/2016).

Ademais, ao dirimir a controvérsia, o Tribunal local consignou (e-STJ fl. 433, grifos no original):

No caso dos autos, que versa o direito à integralidade da pensão, o trânsito em julgado ocorreu em 16 de setembro de 1997 (fl. 169) e a **implantação da pensão integral deu-se em março de 1998** (fl. 211).

Após o trâmite regular da execução, o precatório foi expedido em agosto de 2001 (fl. 253).

Somente em **outubro de 2015**, a parte autora demonstrou interesse em verificar a existência de parcelas em atraso (fl. 296).

**Verifica-se, assim, que, após a implantação da pensão integral, transcorreram mais de dezessete anos para que a parte se insurgisse quanto ao inadimplemento das parcelas, configurando a prescrição, para tanto, no caso.**

Depreende-se do acórdão acima transcrito que o Tribunal de origem foi categórico ao afirmar que houve preclusão lógica, uma vez que a parte somente veio postular supostas parcelas inadimplidas após a expedição do precatório, ocasião em que houve expressa concordância com os valores pagos, não o fazendo em momento oportuno.

Assim, é evidente que, para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, seria necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7 desta Corte: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial".

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. INADIMPLEMENTO DE PARCELAS PRETÉRITAS APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO. PRECLUSÃO CONFIGURADA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO DEMONSTRADA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO.

SÚMULA 284/STF. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.

1. Hipótese em que o Tribunal local consignou: "somente após expedido o precatório, com expressa concordância com os valores pagos é que a parte autora vem aos autos postular supostas parcelas inadimplidas relativas a integralidade de pensionamento. A inconformidade da parte ocorreu de forma extemporânea, configurando-se a preclusão lógica, devendo prevalecer a segurança jurídica" (fl. 326, e-STJ).

2. Não se conhece de Recurso Especial em relação à ofensa ao art. 535 do CPC quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

3. Não se pode conhecer da irresignação contra a ofensa aos arts. 14, V, parágrafo único, e 473 do CPC/1973, uma vez que os mencionados dispositivos legais não foram analisados pela instância de origem. Ausente, portanto, o requisito do prequestionamento, o que atrai, por analogia, o óbice da Súmula 282/STF.

**4. Para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7/STJ.**

**5. Com relação ao dissídio jurisprudencial, a divergência deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles.**

6. Recurso Especial não provido. (REsp 1.654.975/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 25/4/2017, grifei)

No tocante à apontada divergência jurisprudencial, observo que a análise do dissídio jurisprudencial resta prejudicada em razão da aplicação da Súmula 7/STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o acórdão recorrido e o julgado paradigma, uma vez que as suas conclusões díspares ocorreram, não em razão de entendimentos diversos sobre uma mesma questão legal, mas, sim, em razão de fundamentações baseadas em fatos, provas e circunstâncias específicas de cada processo.

Nesse sentido, colaciona-se o seguinte precedente:

ADMINISTRATIVO. LIMITAÇÃO AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PROPRIEDADE. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 458 E 535 DO CPC. DEVIDA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 524 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. DIREITO DE INDENIZAÇÃO DE ÁREA DECLARADA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DA DECISÃO A *QUO* POR ESTA CORTE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO. [...] **3. A análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada em razão da aplicação do enunciado da Súmula 7/STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o aresto combatido e os arestos paradigmas, uma vez que as suas conclusões díspares ocorreram, não em razão de entendimentos diversos sobre uma mesma questão legal, mas, sim, em razão de fundamentações baseadas em fatos, provas e circunstâncias específicas de cada processo.** Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 16.879/SP, Segunda Turma, Relator Ministro Humberto Martins, DJe 27/4/2012)

Ante o exposto, **nego provimento** ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

